

**Discurso do Sr. Guido Mantega
Ministro da Fazenda do Brasil**

**Em nome do grupo de países constituído por Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Haiti,
Panamá, República Dominicana, Suriname e Trinidad e Tobago**

Comitê Monetário e Financeiro Internacional

**Décima Nona Reunião
25 de abril de 2009
Washington**

A Economia Mundial e os Mercados Financeiros

Desde nossa última reunião, em outubro, a crise econômica iniciada nos países avançados alastrou-se por praticamente todos os países. Agora, a maioria das nações em desenvolvimento também passa por uma desaceleração acentuada do crescimento, com aumento do desemprego e subemprego. Entre as maiores economias emergentes, China, Índia e Brasil estão entre aquelas que ainda registram indicadores econômicos relativamente favoráveis em 2009, embora em níveis inferiores aos dos últimos anos.

As perspectivas são piores no mundo desenvolvido. Segundo as projeções mais recentes do FMI, o PIB dos países avançados sofrerá forte contração. Para 2009, o FMI prevê uma queda do PIB em 32 das 33 economias avançadas. A única exceção é Chipre, que terá crescimento zero.

Não obstante essas projeções sombrias, pode-se dizer que, de certa forma, já vislumbramos os primeiros sinais de melhoria, ainda que tênues. O nervosismo dos mercados financeiros parece ter diminuído. Os sistemas financeiros nos Estados Unidos e em grande parte da Europa ainda estão muito frágeis, mas mesmo nessa área há indícios de que talvez a recuperação já esteja em marcha.

Parte dessa melhoria provavelmente se deve aos esforços em grande escala empreendidos pelos governos e bancos centrais, sobretudo desde o final de 2008, para contrarrestar as forças recessivas. No entanto, em alguns países, as medidas anti-crise ainda estão aquém do necessário. Além disso, nem todas as medidas anunciadas desde outubro foram postas em prática. Precisamos passar do discurso à ação com maior rapidez para restaurar a confiança e retomar o crescimento, por meio de medidas convencionais e não convencionais. Isso se aplica especialmente à esfera financeira, onde a ausência de ações decisivas pode levar a uma recessão prolongada. Vemos com satisfação que o FMI reconhece

que alguns países talvez precisem recorrer mais extensamente à nacionalização temporária de instituições financeiras para superar a crise.

Nossos principais objetivos devem ser recuperar a oferta de crédito, apoiar o comércio internacional e sustentar os fluxos de capital. Se falharmos nisso, reestruturações de dívidas se tornarão inevitáveis, com prejuízos duradouros para a confiança e a recuperação econômica.

O Papel do G-20

A crise atual, devastadora como é, deu novo impulso à coordenação das políticas econômicas e financeiras. Os países parecem ter compreendido que a ação conjunta é mais eficaz, e que cabe evitar o recurso às políticas de “empobrecimento do vizinho” (beggar-thy-neighbor”) para não repetirmos os erros da década de 1930.

O G-20 é o exemplo mais significativo de coordenação de políticas. Desde a última reunião do IMFC em outubro, o grupo promoveu dois encontros em nível de chefes de Estado e de governo e se reunirá novamente este ano, em setembro, em Nova Iorque. O G-20 lançou ações sem precedentes para promover a recuperação econômica e a reforma financeira.

Não podemos desperdiçar esse ímpeto político. A recente melhoria no sentimento do mercado pode ser atribuída, pelo menos em parte, aos resultados da Cúpula dos Líderes do G-20 em Londres. Nesse sentido, o compromisso de reforçar os recursos do FMI parece ter surtido efeito considerável sobre a confiança e o comportamento do mercado.

Os países em desenvolvimento estão representados no G-20, ao contrário do que ocorre em outros grupos semelhantes, e isso permite a divisão do protagonismo e das responsabilidades. O G-20 é um mecanismo que atua na base do consenso, no qual as opiniões dos países em desenvolvimento podem receber a devida atenção. Desde o final de 2008, o grupo se tornou o ponto focal de coordenação da política econômica no plano internacional, e acreditamos que ele continuará a exercer esse papel.

Os grupos de trabalho do G-20, entre os quais figura o Grupo de Trabalho sobre o FMI, muito contribuíram para os preparativos da Cúpula de Londres. Esses grupos, porém, ainda não concluíram seu programa de trabalho e é preciso que dêem seguimento às decisões tomadas em Londres e à consecução dos objetivos de médio prazo definidos na Cúpula do G-20 em Washington, em novembro último. Ao nos prepararmos para a Cúpula de Nova Iorque, temos que garantir que esses grupos de trabalho continuem a debater a agenda econômica e financeira internacional e recomendar políticas específicas.

É óbvio que os mecanismos de coordenação de políticas, como o G-20, não substituem as instituições financeiras internacionais, nem tornam menos urgente a necessidade de fortalecê-las. Pelo contrário, o G-20 reconheceu que o FMI é um pilar fundamental para enfrentar a crise atual e prevenir futuras crises.

Em nossa opinião, o fortalecimento do FMI exige a tomada de medidas em três áreas: i) aumento de recursos; ii) reforma dos instrumentos de crédito e da condicionalidade; e iii) correção do déficit democrático.

Aumento dos Recursos do FMI

Um dos mais importantes resultados da Cúpula de Londres foi a concordância sobre a necessidade de aumentar os recursos do FMI em US\$ 500 bilhões em relação aos níveis anteriores à crise. Ao perseguirmos essa meta, cumpre pautar nossas ações por alguns princípios.

Primeiro, a mobilização de recursos no curto prazo deve ter caráter temporário, servindo como ponte para o aumento permanente de recursos via um aumento geral das quotas. O Fundo é uma instituição baseada em quotas, e a mobilização de empréstimos deve ser concebida de forma a não solapar a próxima revisão geral de quotas, a ser concluída em janeiro de 2011, conforme acordado pelo G-20. Dependendo de como forem desenhados, bônus ou notas do FMI seriam uma boa opção para prover recursos imediatos ao Fundo sem enfraquecer o processo de reforma. O Novo Arranjo para Empréstimos (*New Arrangements to Borrow* - NAB) talvez não seja um mecanismo apropriado, pois constitui um acordo permanente. A ampliação do NAB poderia retardar a reforma de quotas e reduzir a sua abrangência. Poderíamos apoiar a proposta de criação de um acordo plurilateral provisório, um Arranjo Temporário para Empréstimos (*Temporary Arrangement to Borrow – TAB*), com regras mais flexíveis do que as do NAB.

O segundo princípio seria que as contribuições de países membros reflitam as obrigações e os direitos de cada um no Fundo. As quotas no FMI poderiam ser usadas como parâmetro para definir o tamanho das contribuições dos países que estejam em condições de contribuir e dispostos a fazê-lo.

Terceiro, os instrumentos de financiamento devem ser concebidos de modo a permitir que as contribuições de países membros sejam tratadas como reservas internacionais. Assim, as contribuições envolveriam a aquisição de ativos líquidos emitidos pelo Fundo e imediatamente conversíveis em moedas de liquidez internacional, se necessário. Esse aspecto é de especial importância para países que não emitem moeda de reserva.

Quarto, os países podem preferir dividir sua contribuição em duas partes, como está sendo feito pela União Européia. Uma parte poderia ser reservada ao apoio bilateral/regional para enfrentar crises do balanço de pagamentos, por meio, inclusive, do co-financiamento de programas do FMI. Dessa forma, as contribuições refletiriam melhor as prioridades econômicas e regionais dos países.

Por último, os países também podem preferir destinar parte de sua contribuição à assistência financeira aos países mais pobres. O Brasil estudará formas de contribuir para a ampliação da capacidade do Fundo de prover financiamento aos países de baixa renda.

Reforma dos Instrumentos de Crédito e da Condicionalidade do FMI

De nada adianta dispor de recursos financeiros se não for possível ter acesso a eles por meio de instrumentos apropriados. No passado, os baixos níveis de acesso e a condicionalidade excessiva e intrusiva impediram o Fundo de ser útil aos países que precisavam do seu apoio. Por muitos anos, os países em desenvolvimento pleitearam a simplificação da condicionalidade, mas enfrentaram a resistência dos países desenvolvidos. Porém, a crise atual alterou significativamente esse quadro. Os governos e bancos centrais dos países desenvolvidos viram-se impelidos a recorrer, no plano interno, a soluções que eles relutavam em permitir no âmbito do FMI. A dura realidade ensinou a todos a importância da rapidez na concessão de liquidez e do acesso a um volume elevado de recursos mediante a imposição de poucas condições.

Desde as Reuniões de Primavera de 2008, nossa cadeira tem defendido sistematicamente a criação de um instrumento inteiramente novo no Fundo, capaz de proporcionar liquidez a países atingidos pela turbulência financeira e por choque externos. Apresentamos uma proposta específica para um novo instrumento de liquidez desse tipo, direcionado a países com políticas econômicas sólidas e integrados aos mercados financeiros internacionais. Após um primeiro passo mal-sucedido, em outubro último, com a criação da Linha de Liquidez de Curto Prazo (*Short-Term Liquidity Facility* – SLF), que nunca chegou a ser utilizada, as discussões prosseguiram, culminando na criação da Linha de Crédito Flexível (*Flexible Credit Line* - FCL) em março. Esse instrumento proporciona um nível elevado de apoio imediato, sem impor condições. O acesso à FCL é rápido e quase automático. Somente países com um histórico de políticas econômicas sólidas têm acesso a essa linha.

As mudanças recém-aprovadas na estrutura de concessão de crédito do Fundo e a criação da FCL constituem uma mudança radical em relação às práticas anteriores. Em menos de um mês, três países (México, Polônia e Colômbia) já solicitaram o acesso a recursos no âmbito da FCL. A solicitação do México foi aprovada pela Diretoria Executiva.

Os pedidos da Colômbia e da Polônia estão sendo avaliados pela Diretoria e devem ser aprovados em breve.

Também apoiamos a decisão de dobrar os limites de acesso aos empréstimos concessionais do FMI aos países de baixa renda no âmbito do Programa de Financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento (*Poverty Reduction and Growth Facility* - PRGF) e da Linha contra Choques Exógenos (*Exogenous Shock Facility* - ESF). Aguardamos com expectativa a reforma que o FMI pretende promover no arcabouço para a concessão de créditos aos países de baixa renda.

À medida que o panorama financeiro evolui, é importante acompanharmos de perto a implementação de todas as modificações feitas nos instrumentos de concessão de crédito, mantendo aberta a perspectiva de adotar outras inovações e fazer os ajustes que se mostrem necessários.

Ao tentarmos construir um ambiente financeiro mais estável, é preciso refletir sobre o papel do FMI no sistema monetário internacional, levando em conta as lições extraídas da crise, inclusive no que se refere às principais moedas de reserva. Expandir a função dos Direitos Especiais de Saque (DES), um ativo de reserva multilateral emitido pelo Fundo, seria uma alternativa para construir um sistema monetário internacional mais equilibrado e menos dependente de um pequeno número de moedas nacionais ou regionais. Por isso propusemos na Cúpula do G-20 em Londres uma nova alocação geral de US\$ 250 bilhões, e esperamos que o FMI a coloque em prática rapidamente. Apoiaremos o desenvolvimento de propostas para efetuar uma segunda rodada de distribuição de DES para países em desenvolvimento. Dada a atual assimetria na distribuição das quotas, cerca de 60% da nova alocação caberá aos países desenvolvidos. Também esperamos que ocorram novas alocações de DES no futuro, para que a liquidez internacional se torne gradualmente menos dependente das políticas monetárias de uns poucos países emissores de moedas de reserva.

Correção do Déficit Democrático

As crises são ocasiões propícias para aprender com nossos erros e tentar não repeti-los. O FMI se arrependeu de muitos pecados cometidos no passado. Mas ainda precisa enfrentar o pecado original: seu déficit democrático. Atribuimos grande valor aos esforços do diretor-gerente no sentido de modernizar o FMI, equipando-o com um conjunto apropriado de instrumentos e políticas. Entretanto, esperamos que exista vontade política para acelerar o passo rumo a uma maior representação dos países em desenvolvimento nesta instituição.

A agenda de reformas na governança do Fundo deve manter-se firmemente focada na revisão das quotas. É preciso concluir um realinhamento substancial das quotas no mais tardar até janeiro de 2011, de forma a refletir melhor o peso econômico dos países membros

e aumentar as quotas e os votos dos países em desenvolvimento. A legitimidade do Fundo depende disso.

O diretor-gerente do FMI e o presidente do Banco Mundial devem ser escolhidos através de um processo aberto e meritocrático, abandonando-se a prática de restringir o acesso a esses cargos a cidadãos europeus e americanos. Essa prática remonta à criação do sistema de Bretton Woods, sendo inadmissível que perdure no século XXI. Reconhecemos, naturalmente, que será difícil de alcançar esse objetivo sem um realinhamento substancial das quotas.

Outras questões foram levantadas durante a discussão das reformas, e algumas delas dizem respeito ao IMFC. Acreditamos que há espaço para melhorias no funcionamento do IMFC e gostaríamos de fazer algumas propostas. Primeiro, a minuta do comunicado deveria nos ser entregue com antecedência suficiente para que os Governadores pudessem se preparar melhor e se envolver mais nas discussões, como já acontece no Comitê de Desenvolvimento. Segundo, nossas sessões plenárias poderiam ser menos formais e mais interativas, dando mais espaço aos Governadores para que pudessem expor os seus pontos-de-vista. Terceiro, temos que evitar a prática de introduzir temas na última hora, o que força os Governadores a tomar decisões precipitadas sobre tópicos que não foram objeto de discussões preparatórias. Em nossa opinião, o fortalecimento do IMFC, que atua como mecanismo de consenso, é o caminho apropriado para aprofundar o envolvimento dos Governadores no trabalho do Fundo.

Acreditamos que a proposta de ativação de um Conselho Ministerial, que foi recentemente ressuscitada por alguns países, não acrescenta nada ao nosso envolvimento nos assuntos do FMI. Nós, Ministros, já estamos envolvidos no processo decisório do Fundo — seja diretamente (quando votamos sobre os temas mais importantes na Assembléia de Governadores), seja por intermédio de nossos representantes na Diretoria Executiva.

Se ativado, o Conselho substituiria o IMFC, mas com uma diferença fundamental: a regra para a tomada de decisões no Conselho, conforme expressa no Convênio Constitutivo do FMI, seria a mesma que vigora para a Diretoria Executiva. Da maneira como os votos estão distribuídos atualmente no FMI, para a maioria de nós o Conselho seria um órgão muito menos atraente que o atual IMFC, cujas decisões são tomadas por consenso. A única maneira de corrigir essa distorção seria por meio de uma reforma substancial de quotas e voz; do contrário, a ativação do Conselho representaria uma contra-reforma, pois os países em desenvolvimento perderiam influência no FMI. Além disso, o Conselho poderia enfraquecer o G-20, outro mecanismo de consenso onde os países em desenvolvimento estão representados.

Por último, o FMI se orgulha, com razão, do seu carácter universal. Isso, porém, poderia ser melhorado, corrigindo uma omissão que perdura por muito tempo. Refiro-me, naturalmente, a Cuba, o único país do Hemisfério Ocidental que não é membro da instituição. É chegada a hora de abirmos as portas para Cuba.

Muito obrigado.